



ESTÁGIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA
EM MOÇAMBIQUE - 2019

**APAGÃO DE INFORMAÇÃO E
AS PERSEGUIÇÕES CONTRA A
IMPRENSA EM CABO-DELGADO**

SITUATION OF PRESS FREEDOM IN MOZAMBIQUE - 2019

***INFORMATION BLACKOUT AND PRESS
HARASSMENT IN CABO DELGADO***

FICHA TÉCNICA

MISA-Moçambique

Título: Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa e de Expressão em Moçambique 2019

Presidente do MISA: Fernando Gonçalves André

Equipe de Pesquisa: Ernesto Nhanale e Lázaro Mabunda

Revisão Linguística: Francisco Vicente

Número de Exemplares: 500

Número de Registo: 102453/RLINICC/20

© MISA– Maputo, Setembro de 2019

Como citar o documento: “MISA (2020). Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa e de Expressão em Moçambique 2019. Maputo: MISA-Moçambique”

Contactos: MISA-Moçambique Malhangalene, Rua da Resistência, Casa nº, 1519 R/C Telefone - +258 21302833 <http://www.misa.org.mz>

APAGÃO DE INFORMAÇÃO E AS PERSEGUIÇÕES CONTRA A IMPRENSA EM CABO-DELGADO

Nos últimos anos, as avaliações sobre a situação dos direitos humanos em Moçambique têm vindo a mostrar um cenário degradante, caracterizando o país com os mais altos índices de percepção da corrupção, baixos níveis de transparência na governação, baixo índice de desenvolvimento humano, e baixos níveis de acesso a serviços públicos.

Desde 2012, o país tem vindo a registar uma queda acentuada no Índice de Democracia, tendo passado, a partir de 2018, para a lista dos países autoritários. A violência e a fraude eleitoral nas eleições de 15 de Outubro de 2019, consideradas por muitos como as piores eleições da história da democracia moçambicana, indicam essa tendência.¹ Os resultados dessas eleições indicaram que a Frelimo, o partido no poder, reforçou a sua posição, tornando-se mais dominante. Derrotou a oposição, recolhendo mais de 70% dos votos². O processo eleitoral foi caracterizado por elevada violência eleitoral, incluindo mortes. Os agentes da Polícia, membros das mesas de voto e os órgãos de administração eleitoral desempenharam um papel decisivo para a esmagadora vitória da Frelimo, conforme diversos relatórios da observação eleitoral (ver as publicações de Votar Moçambique, 2019; observação eleitoral do CESC, 2019; Sala da Paz, 2019; MOE-EU, 2019).

O sistema autoritário de governação tem vindo a evidenciar-se no país, premiando a sociedade com um partido governante dominante, que procura controlar todos os aspectos da vida pública, empresarial e, ao mesmo tempo, restringir a liberdade de imprensa e de expressão.

A aprovação de novas taxas (Decreto 40/2018) para a imprensa e para os respectivos jornalistas, pelo Gabinete de Informação (Gabinfo), sem prévia consulta dos profissionais e dos detentores dos órgãos de comunicação social, sob argumento de que as taxas visam viabilizar as actividades fiscalizadoras do mesmo Gabinfo, é um indicador claro de medidas autoritárias do Governo. O ambiente da Liberdade de imprensa continua bastante controlado e cada vez mais limitado. A ligeira redução dos casos de violações da liberdade de imprensa, verificados em 2019 – de 23 casos reportados pelo MISA-Moçambique, em 2018, para os 20, em 2019 - não pode significar melhoria do ambiente. Pelo contrário, pode ser um sinal de que os jornalistas ganham mais medo e tendem a evitar cobrir questões que os possam colocar como alvos de entidades predadoras das liberdades.

Em 2019, o MISA reportou e enfrentou uma batalha jurídica tremenda contra a detenção ilegal feita pelas autoridades nacionais de dois jornalistas, Amade Abubacar e Germano Adriano, ambos da Rádio Comunitária de Macomia. A detenção dos dois jornalistas, sob acusação de estarem a prestar serviços a favor da insurgência, em Cabo-Delgado, veio provar os métodos arbitrários de investigação e violações dos direitos fundamentais pelas Forças de Defesa e Segurança e o silenciamento de qualquer reportagem sobre o conflito armado em Cabo-Delgado.

O assassinato, em 2019, de Anastácio Matavel, director executivo do Fórum de Organizações Não-Governamentais de Gaza (FONGA) e representante da Sala da Paz naquela província, por

INFORMATION BLACKOUT AND PRESS HARASSMENT IN CABO DELGADO

In recent years, evaluations of the human rights situation in Mozambique have shown a degrading environment, characterizing the country with the highest levels of perceived corruption, low levels of transparency in governance, low human development index, and low levels of access to public services.

Since 2012, the country has recorded a sharp fall in the Index of Democracy, and from 2018 it has been on the list of authoritarian countries. The violence and electoral fraud in the elections of 15 October 2019, considered by many as the worst elections in the history of Mozambican democracy, indicate this trend.¹ The results of these elections indicated that Frelimo, the ruling party, strengthened its position by becoming more dominant. It defeated the opposition, collecting more than 70 percent of the vote². The electoral process was characterized by high electoral violence, including deaths. Police officers, polling station members and election administration bodies played a decisive role in Frelimo's landslide victory, according to several election observation reports (see Voting Mozambique, 2019; CESC election observation, 2019; Sala da Paz, 2019; EU MOE, 2019).

The authoritarian system of governance has been evident in the country, rewarding society with a dominant ruling party, which seeks to control all aspects of public life, business and, at the same time, restrict freedom of the press and expression.

The approval of new fees (Decree 40/2018) for the press and its journalists by the Information Office (Gabinfo), without prior consultation of media professionals and holders, on the grounds that the fees are intended to make the surveillance activities of the same Gabinfo possible, is a clear indicator of authoritarian government measures. The press freedom environment remains highly controlled and increasingly limited. The slight reduction in cases of press freedom violations in 2019 - from 23 cases reported by MISA-Mozambique in 2018 to 20 in 2019 – does not mean an improvement in the environment. On the contrary, it may be a sign that journalists are becoming more fearful and tend to avoid covering up issues that may target them as predatory entities of freedoms.

In 2019, MISA reported and faced a tremendous legal battle against the illegal detention by national authorities of two journalists, Amade Abubacar and Germano Adriano, both from Macomia Community Radio. The arrest of the two journalists on charges of providing services in favour of the insurgency in Cabo Delgado proved the arbitrary methods of investigation and violations of fundamental rights by the Defence and Security Forces and the silencing of any report on the armed conflict in Cabo Delgado.

The murder in 2019 of Anastácio Matavel, executive director of the Forum of Non-Governmental Organizations of Gaza (FONGA) and representative of the Sala da Paz in that province, by a group of policemen of the Special Operations Group (GOE) in the city of Xai-Xai, is one of the negative episodes that marked the year 2019, mainly for involving agents who, in principle, would be the guardians of the security of the citizens.

1 VER ANÁLISE DE JOSEPH HANLON (2019). "FORAM AS PIORES ELEIÇÕES DE SEMPRE DE MOÇAMBIQUE". DISPONÍVEL em <https://www.dw.com/pt-002/foram-as-piores-eleicoes-c3a7c3b5es-de-sempre-de-mo-c3a7ambique-diz-investigador-brit-c3a2nico/a-50876399>

2 Ver também o relatório da MOE-UE 2019, acessível em https://eeas.europa.eu/election-observation-missions/eom-mozambique-2019/70157/moe-ue-mo-c3a7ambique-2019-apresenta-suas-observa-c3a7c3b5es-sobre-c3baltimas-fases-do-processo-eleitoral_en

1 Ver análise de Joseph Hanlon (2019). "Foram as piores eleições de sempre de Moçambique". Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/foram-as-piores-eleicoes-c3a7c3b5es-de-sempre-de-mo-c3a7ambique-diz-investigador-brit-c3a2nico/a-50876399>

2 Ver também o relatório da MOE-UE 2019, acessível em https://eeas.europa.eu/election-observation-missions/eom-mozambique-2019/70157/moe-ue-mo-c3a7ambique-2019-apresenta-suas-observa-c3a7c3b5es-sobre-c3baltimas-fases-do-processo-eleitoral_en

um grupo de polícias do Grupo de Operações Especiais (GOE), na cidade de Xai-Xai, é um dos episódios negativos que marcaram o ano de 2019, sobretudo por envolver agentes que, em princípio, seriam os guardiões da segurança dos cidadãos.

FACTORES CONDICIONANTES DO APAGÃO DA INFORMAÇÃO

O espaço de actuação dos media tornou-se cada vez mais reduzido, com um forte controlo do partido no poder sobre os órgãos públicos e alguns privados, a cada ano que passa.

O conflito em Cabo Delgado, com base no que se apurou no início, tinha, aparentemente, uma causa de carácter religioso, que levou ao início de um conflito armado envolvendo membros de uma nova seita religiosa, supostamente muçulmana, e as forças armadas de Moçambique. Inicialmente, pensou-se que fosse um evento fortuito, uma reivindicação que não passaria disso. O tempo foi passando, os ataques extremistas contra as forças armadas e as populações aumentaram. O descontrolo da situação pelas forças governamentais tornou o ambiente tenso. A ira dos militares sobre os jornalistas que vão aos locais de conflito para reportar foi aumentando. A partir de 2018, começamos a reportar casos de detenção e de confiscação de equipamentos de trabalho de jornalistas. Igualmente, assistiu-se a um novo fenómeno: jornalistas obrigados a fornecer os seus e-mails e as respectivas senhas, em flagrante violação da sua privacidade.

Devido a este cenário, em Setembro de 2019, a Repórteres Sem Fronteiras (RSF) e onze outras organizações internacionais escreveram ao papa Francisco, antes da sua visita a Moçambique, pedindo-lhe “incentivar as autoridades (moçambicanas) a respeitar e promover os direitos humanos, uma vez que a liberdade de informar está ameaçada no país.”

De acordo com a publicação da RSF, a liberdade de imprensa está a diminuir em Moçambique e as pressões sobre o jornalismo independente são fortes.³

Entre 2017 e 2019, quatro jornalistas, um pesquisador da Amnistia Internacional e um motorista foram detidos por militares. Dois dos quatro jornalistas, nomeadamente Amade Abubacar e Adriano Germano, “ficaram atrás das grades” por quatro meses, em 2019, e foram processados, acusados de vários crimes, dos quais o seu envolvimento no apoio às actividades dos insurgentes que protagonizaram ataques em Cabo Delgado.

Amade Abubacar foi detido a 5 de Janeiro do ano passado, em pleno exercício da sua actividade jornalística, em Macomia, onde trabalha e reside, e levado para o quartel militar de Mueda, em Cabo Delgado, onde foi mantido ilegalmente detido e torturado durante 13 dias. Em Fevereiro, foi a vez de um outro jornalista da mesma rádio, Germano Adriano, ser detido.

A Repórteres Sem Fronteiras (RSF) afirma que o apagão de informações em Moçambique, muito particularmente sobre o conflito em Cabo Delgado, não poupa os veículos internacionais, que encontram cada vez mais dificuldades para obter autorizações para abordar o assunto. De uma forma geral, acrescenta aquela organização, a chegada de novos participantes ao sector de media está sujeita a numerosas restrições administrativas e financeiras.

No último relatório sobre o Índice Global de Liberdade de Imprensa, publicado esta semana (19 a 24 de Abril de 2020), a RSF mostra-se preocupada com Moçambique e Benim. Sobre Moçambique, aquela organização reporta que os ataques à liberdade de imprensa, que proliferaram durante uma eleição disputada, também têm vindo a evoluir numa direcção preocupante⁴.

INFORMATION BLACKOUT FACTORS

The space for media action has become increasingly limited, with the ruling party having strong control over public bodies and some private ones, every year.

The conflict in Cabo Delgado, based on what was found at the beginning, apparently had a religious cause, which led to the outbreak of an armed conflict involving members of a new religious sect, supposedly Muslim, and the armed forces of Mozambique. Initially, it was thought to be a fortuitous event, a claim that would be no more than that. As time passed, extremist attacks against the armed forces and populations increased. The lack of control of the situation by government forces made the environment tense. The anger of the military over journalists who go to places of conflict to report has increased. From 2018, we began to report cases of detention and confiscation of journalists' work equipment. We have also seen a new phenomenon: journalists forced to provide their e-mails and passwords, in flagrant violation of their privacy.

Because of this scenario, in September 2019 Reporters Without Borders (RSF) and eleven other international organizations wrote to Pope Francisco, before his visit to Mozambique, asking him “to encourage the (Mozambican) authorities to respect and promote human rights, since the freedom to inform is threatened in the country”.

According to the RSF publication, freedom of the press is reducing in Mozambique and pressures on independent journalism are strong.³

Between 2017 and 2019, four journalists, an Amnesty International researcher and a driver were arrested by the military. Two of the four journalists, namely Amade Abubacar and Adriano Germano, “stayed behind bars” for four months in 2019 and were charged on various crimes, including their involvement in supporting the activities of the insurgents who carried out attacks in Cabo Delgado.

Amade Abubacar was arrested on 5 January last year, in the middle of his journalistic activity, in Macomia, where he works and resides, and taken to Mueda military barracks in Cabo Delgado, where he was illegally detained and tortured for 13 days. In February, it was the turn of another journalist of the same radio, Germano Adriano, to be arrested.

Reporters Without Borders (RSF) says the information blackout in Mozambique, particularly over the conflict in Cabo Delgado, does not spare international means, which find it increasingly difficult to obtain permits to address the issue. In general, he adds, the arrival of new participants in the media sector is subject to numerous administrative and financial constraints.

In the latest report on the Global Press Freedom Index, published this week (19-24 April 2020), RSF is concerned about Mozambique and Benin. About Mozambique, the organization reports that attacks on press freedom, which proliferated during a disputed election, have also been evolving in a worrying direction⁴.

³ Informação disponível em <https://rsf.org/en/mozambique>

³ Informação disponível em <https://rsf.org/en/mozambique>

Tabela nº1. Índice de Democracia - 2010 a 2019

Graph nº1. Index of Democracy - 2010 a 2019

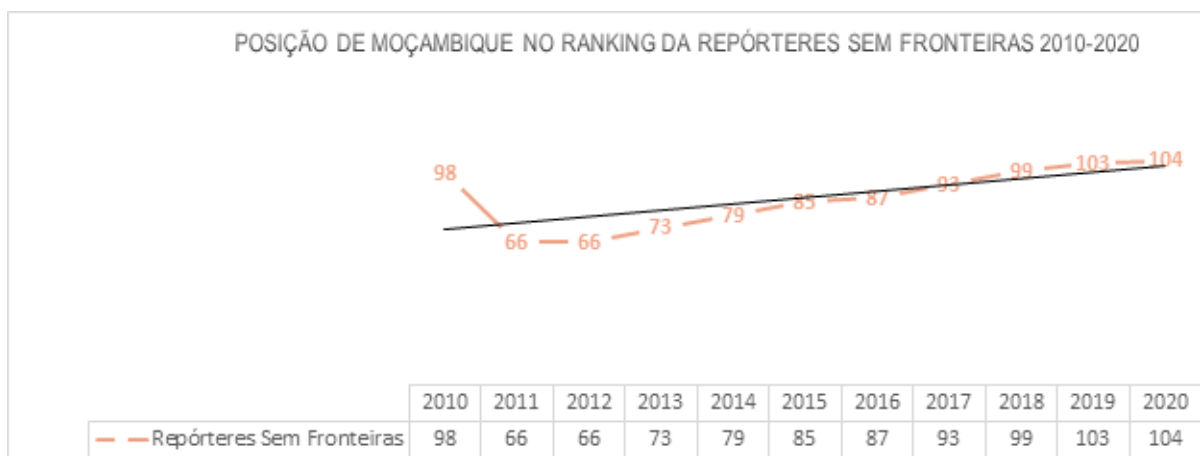


Moçambique tem vindo a decrescer no Índice de Democracia, desde 2012, coincidentemente, o ano da contração das dívidas ocultas, que levaram o país a uma crise económica e financeira, que dura até hoje. A queda de Moçambique acentuou-se de 2016 em diante, sendo hoje considerado um país autoritário. De igual modo, desde 2010, os rankings que medem a liberdade de imprensa mostram este ambiente autoritário, em que operam os profissionais da comunicação social. Nessas classificações, Moçambique foi seguindo as tendências dos outros rankings acima descritos, conforme se pode ver na tabela a seguir:

Mozambique has been falling in the Index of Democracy since 2012, coincidentally the year of the contraction of hidden debts, which led the country to an economic and financial crisis, which lasts until today. Mozambique’s fall has been accentuated from 2016 onwards and is now considered an authoritarian country. Likewise, since 2010, the rankings that measure the freedom of the press show this authoritarian environment in which media professionals operate. In these rankings, Mozambique has followed the trends of the other rankings described above, as can be seen in the table below:

Tabela 2. Índice de Liberdade de Imprensa - 2010 a 2020

Graph 2. Index of Press Freedom - 2010 to 2020



MOÇAMBIQUE: AS VIOLAÇÕES CONTRA AS LIBERDADES DE IMPRENSA EM 2019

MOZAMBIQUE: VIOLATIONS AGAINST PRESS FREEDOM IN 2019

No ano 2019, foram 20 casos de violação da Liberdade de Imprensa, caracterizados por detenções, agressões, ameaças contra jornalistas, roubos e vandalização de órgãos de comunicação social. Os casos mais evidentes foram as mediáticas detenções de Amade Abubacar, a 5 de Janeiro de 2019, e de Germano Adriano, em Fevereiro do mesmo ano. Ambos foram acusados, sem provas, de vários crimes, nomeadamente instigação pública a um crime com uso de meios informáticos a favor do grupo terrorista que tem vindo a fazer ataques em Cabo Delgado, crimes de instigação à desobediência colectiva, injúria contra agentes da força pública, associação para delinquir, crime contra a organização do Estado, e crime contra a ordem e tranquilidade públicas.

In 2019, there were 20 cases of press freedom violations, characterized by arrests, assaults, threats against journalists, robberies and media vandalism. The most obvious cases were the arrests of Amade Abubacar on 5 January 2019 and of Germano Adriano in February of the same year. Both were accused, without evidence, on various crimes, including public incitement to a crime using computer facilities in favour of the terrorist group that has been carrying out attacks in Cabo Delgado, crimes of incitement to collective disobedience, insulting agents of the public force, delinquency association, crime against the organization of the State, and crime against public order and tranquility.

Entre os anos 2016 e 2019, foram reportados 75 casos de violações da liberdade de imprensa (11, em 2016; 23, em 2017; 21, em 2018; e 20, em 2019), conforme ilustra a figura a seguir:

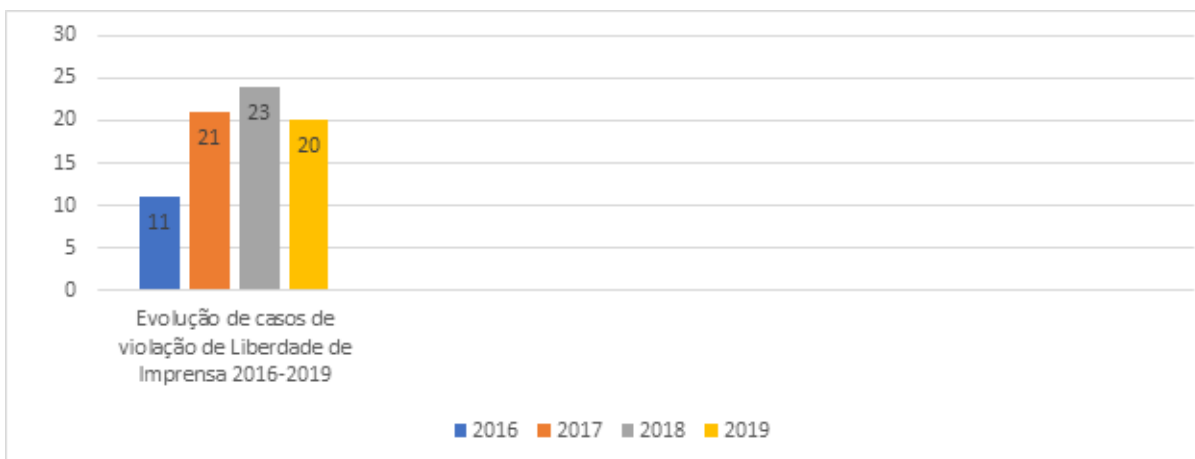
Between the years 2016 and 2019, 75 cases of violations of press freedom were reported (11 in 2016; 23 in 2017; 21 in 2018; and 20 in 2019), as illustrated in the figure below:

4 Relatório “Jornalismo em crise: uma década decisiva”, disponível em https://mcusercontent.com/5cb8824c726d51483ba41891e/files/769e4b0f-2e3b-4e39-94d1-4916c283105c/RSF_PressKit_Index2020_EN.pdf

4 Relatório “Jornalismo em crise: uma década decisiva”, disponível em https://mcusercontent.com/5cb8824c726d51483ba41891e/files/769e4b0f-2e3b-4e39-94d1-4916c283105c/RSF_PressKit_Index2020_EN.pdf

Tabela 3. Casos de violação da Liberdade de Imprensa - 2016 a 2019

Graph 3. Cases of Press Freedom violations - 2016 to 2019



A ligeira redução dos casos em 2019 não pode significar que o ambiente da liberdade de imprensa tenha melhorado. Pelo contrário, tal pode (i) estar a significar que a violência e os ataques contra a imprensa registados em 2019 criaram, no seio dos profissionais de comunicação social, um ambiente de medo, levando-os a evitar reportar casos complexos, envolvendo elites políticas; (ii) que o governo exerceu um forte controlo sobre os órgãos de comunicação social, públicos e privados.

The slight reduction in cases in 2019 cannot mean that the press freedom environment has improved. On the contrary, it may (i) mean that the violence and attacks against the press in 2019 have created an environment of fear among media professionals, leading them to avoid reporting complex cases involving political elites; (ii) that the government has exercised strong control over the public and private media.

Tabela 1 – Classificação Geral dos Casos de Violações e Vitórias Sobre as Liberdades de Imprensa / Expressão, por Província de Ocorrência - 2019

Table 1 – General Classification of Cases of Violations and Victories over Press Freedom / expression, by Province of Occurrence - 2019

Maputo		Província de Ocorrência / Province of Occurrence							Total
		Inhambane	Manica	Zambézia	Nampula	Niassa	Cabo Delgado		
Tipos de violações <i>Types of violations</i>	Agressões físicas <i>Physical aggressions</i>	2	2	0	0	0	0	0	4
	Assaltos / Assaults	0	0	1	0	0	0	0	1
	Censuras / Condemnations	0	0	0	0	0	1	0	1
	Detenções / Arrests	0	0	0	0	0	0	2	2
	Legislações / Legislations	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ameaças / Threats	2	0	0	1	7	0	1	11
	Victórias / Victories	0	0	0	0	0	0	1	1
	Violações públicas da liberdade de expressão <i>Public violations of freedom of expression</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		4	2	1	1	7	1	4	20

O quadro mostra que a província de Nampula foi a que mais casos registou, todos relacionados com ameaças. Segue-se a Cidade de Maputo com quatro casos: duas agressões físicas e duas ameaças. O mesmo número de casos registou-se em Cabo Delgado: duas detenções, uma ameaça e um julgamento. Relativamente aos casos violentos, no ano passado, foram registados quatro casos de agressões físicas (Maputo e Inhambane), duas detenções (Cabo Delgado), um assalto a uma Rádio Comunitária (Manica).

A província de Cabo Delgado é a que mais preocupa, devido a detenções, e actuação violenta dos militares. Neste momento, a província é inacessível aos jornalistas sem o controlo das Forças de Defesa e Segurança. O exercício do jornalismo tornou-se perigoso, sobretudo do jornalismo investigativo.

The table shows that Nampula Province has recorded the most cases, all related to threats. It is followed by Maputo City with four cases: two physical assaults and two threats. The same number of cases were recorded in Cabo Delgado: two arrests, one threat and one trial. Regarding the violent cases, last year four cases of physical attacks were registered (Maputo and Inhambane), two arrests (Cabo Delgado), one assault on a Community Radio (Manica).

Cabo Delgado province is the province of greatest concern, due to arrests and violent action by the military. At the moment, the province is inaccessible to journalists without the control of the Defense and Security Forces. The exercise of journalism has become dangerous, especially investigative journalism.

CASO AMADE/ GERMANO: UMA BATALHA COM DESFECHO AINDA DESCONHECIDO

Amade Abubacar foi detido em Macomia e levado para o distrito de Mueda, para onde foi mantido incomunicável, num quartel militar, durante 264 horas (11 dias), antes de ser apresentado a um juiz de instrução, o que contraria a lei, que fixa um prazo máximo de 48 horas (2 dias) para o efeito.

Consequentemente, não lhe foi dada a possibilidade de, em tempo útil, constituir um advogado, que o defendesse, em obediência ao princípio do contraditório, que é estruturante no nosso ordenamento jurídico, com um enfoque acentuado em processos de acusações de natureza criminal;

Durante os 11 dias em que esteve detido num quartel militar, o jornalista foi sendo coagido, sob ameaças ou torturas, a confessar crimes que eventualmente nunca cometeu.

Na altura, o Ministério Público afirmou que o jornalista foi encontrado com uma lista onde “constam nomes de jovens que operam com os ditos “AlShabab”, sendo que ele não “foi capaz de explicar, com clareza, os motivos pelos quais portava tal lista”. Ora, qualquer jornalista que esteja a investigar determinado assunto possui um arquivo de informação confidencial, onde guarda todos os dados que recolhe.

A alegada lista que continha nomes de supostos jovens de “Al-Shabab” em sua posse pode fazer parte dos arquivos do jornalista, resultantes de meses de recolha de informação sobre os nomes dos insurgentes, o seu perfil e as suas origens.

A detenção de Amade Abubacar só foi legalizada a 18 de Janeiro do mesmo ano (2019), 13 dias depois da sua detenção pelos militares.

No dia 21 de Janeiro de 2019, o MISA iniciou uma batalha jurídica em defesa dos direitos do jornalista, submetendo um pedido de liberdade provisória, mediante pagamento de caução.

No dia 4 de Abril, do mesmo ano, foi deduzida a acusação provisória pelo Ministério Público. No dia 23 do mesmo mês, concedeu-se liberdade provisória a Amade Abubacar e Germano Adriano, mediante Termo de Identidade e de Residência (TIR).

A acusação definitiva foi deduzida a 9 de Agosto. O MISA foi notificado no dia 10 de Setembro. A seguir, o MISA submeteu uma contestação no Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado, 3ª Secção Criminal. No dia 26 do mesmo mês, o MISA Moçambique submeteu, no Tribunal Superior de Recurso em Nampula, um recurso ao Despacho de Pronúncia do Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado. O pedido foi autorizado no dia 20 de Novembro.

Neste momento, o caso Amade/ Germano encontra-se no Tribunal Superior de Recurso de Nampula.

AMADE/ GERMANE CASE: A BATTLE WITH AN UNKNOWN DISCLOSURE

Amade Abubacar was arrested in Macomia and taken to Mueda district, where he was kept without communication in a military barracks for 264 hours (11 days), before being presented to an investigating judge, which is against the law, which sets a maximum period of 48 hours (2 days) for this purpose.

Consequently, he was not given the opportunity, in due time, to constitute a lawyer, who would defend him, in obedience to the principle of the contradictory, which is structural in our legal system, with a strong focus on criminal accusations;

During the 11 days he was detained in a military barracks, the journalist was coerced, under threats or torture, to confess crimes that he eventually never committed.

At the time, the Public Prosecutor’s Office stated that the journalist was found with a list “containing the names of young people who operate with the so-called “AlShabab,” and that he “was not able to explain clearly why he had such a list. Now, any journalist investigating a matter has a confidential information file, where he keeps all the data he collects.

The alleged list containing names of alleged AlShabab youths in his possession may be part of the journalist’s archives, resulting from months of gathering information on the names of insurgents, their profile and their origins.

Amade Abubacar’s arrest was only legalised on 18 January of the same year (2019), 13 days after his arrest by the military.

On 21 January 2019, MISA started a legal battle in defense of the journalist’s rights, submitting a request for provisional release, upon payment of a bond.

On April 4, the same year, the provisional indictment was filed by the Public Prosecutor’s Office. On the 23rd of the same month, Amade Abubacar and Germano Adriano were granted provisional release by means of a Term of Identity and Residence (TIR).

The final indictment was filed on August 9. MISA was notified on 10 September. MISA then submitted a plea to the Judicial Court of Cabo Delgado Province, 3rd Criminal Section. On the 26th of the same month, MISA Mozambique filed an appeal at the Superior Court of Appeal in Nampula to the Order of Pronouncement of the Judicial Court of Cabo Delgado Province. The application was authorized on 20 November.

At this moment, the case Amade/ Germano is at the Superior Court of Appeal in Nampula.

PRINCIPAIS DEFINIÇÕES PARA RECOLHA E CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS

Assaltados - Qualquer incidente no qual os jornalistas são agredidos fisicamente, torturados ou feridos durante o curso de seu trabalho. Nesta categoria inclui-se os roubos ou assaltos de equipamentos nas redações.

Bombardeamentos - Incidentes nos quais a casa de um jornalista ou uma redação é sabotado por meio de bombardeamentos, incêndio ou vandalismo.

Censuras - Incidentes nos quais os governos ou outros actores impedem que a informação seja comunicada ou se realize a cobertura de um evento/assunto relevante. Por exemplo, através da emissão de uma ordem de serviço, forçando mudanças editoriais, interdição usando a legislação e ordens judiciais, para impedir que a informação seja publicada, o encerramento ou a suspensão de produção e a confiscação de equipamentos ou materiais.

Detenções - Incidentes nos quais o trabalhador de *media* é preso ou detido. Pode ser legal ou ilegalmente. Esta categoria inclui situações em que um jornalista é detido sem acusação ou mantido incomunicável, por razões preventivas.

Expulsões - Incidentes nos quais os jornalistas são expulsos, impedidos de entrar ou sair (como por negação de vistos, documentos de trabalho ou acreditação) e/ou inibidos de se mover livremente de um país ou em certas áreas para realizar seu trabalho.

Mortes ou desaparecimentos - Incidentes onde os jornalistas foram mortos, sequestrados ou desapareceram em circunstâncias que sugerem uma ligação com o seu trabalho ou função como jornalista.

Legislação – Isto é relativo a todos os aspectos do processo legislativo e da aplicação do direito comum. Inclui casos em que propostas oficiais são feitas para aprovação de novas leis, a legislação é aprovada, as leis são alteradas ou abolidas pelo Parlamento ou pelos tribunais, e o contencioso civil é instituído contra a media.

Condenados - é quando uma decisão judicial é proferida contra um trabalhador de *media* envolvendo quer uma pena de prisão ou multa.

Ameaçados - Inclui ameaças de funcionários públicos, ameaças de morte, várias formas de assédio (tais como advertências veladas, ameaças de acção, interferência nos processos editoriais, ataques cibernéticos, ataques e ocupação forçada da casa ou escritório), ou jornalistas sendo questionados ou interrogados sobre suas fontes.

Agressões físicas – incluem todos os casos em que os jornalistas sofrem ofensas físicas directas, durante ou em consequência do exercício da sua actividade.

Victórias - Isso inclui vitórias imediatas para os trabalhadores de *media* ou organizações, incluindo ser libertados incondicionalmente, ter acusações retiradas, ganhar ou evitar litígios civis, derubando ordens de serviço e ser absolvidos de acusações criminais. Esta categoria também inclui incidentes que promovam a liberdade de imprensa, o acesso à informação ou a liberdade de expressão em geral. Por exemplo, declarações políticas favoráveis, leis ou políticas favoráveis a *media*, decisões judiciais favoráveis e estabelecimento de precedentes.

Violação da liberdade de expressão pública - Incidentes que afectam a liberdade de expressão, em geral, que não envolvem necessariamente os trabalhadores ou organizações de *media*. Por exemplo, os casos de sedição contra o público, dos impedimentos gerais sobre a liberdade de expressão e acesso à informação, violações do direito à liberdade de reunião e de protesto, restrições à liberdade artística ou académica e restrições sobre o acesso aos meios de comunicação públicos.

MAIN DEFINITIONS FOR COLLECTION AND CLASSIFICATION OF CASES

Assaults - Any incident in which journalists are physically assaulted, tortured or injured during the course of their work. This category includes thefts or assaults of equipment in newsrooms.

Bombing - Incidents in which a journalist's house or a newsroom is sabotaged by bombing, fire or vandalism.

Censorship - Incidents where governments or other actors prevent information from being communicated or coverage of a relevant event/subject takes place. For example, by issuing a service order, forcing editorial changes, interdiction using legislation and court orders, to prevent the information from being published, closure or suspension of production and confiscation of equipment or materials.

Arrests - Incidents in which the media worker is arrested or detained. It can be legal or illegal. This category includes situations where a journalist is arrested without charge or kept with no communication for preventive reasons.

Expulsions - Incidents in which journalists are expelled, prevented from entering or leaving (such as by denial of visas, work documents or accreditation) and/or prevented from moving freely from a country or in certain areas to do their work.

Deaths or disappearances - Incidents where journalists have been killed, abducted or disappeared in circumstances that suggest a connection with their work or function as a journalist.

Legislation - This concerns all aspects of the legislative process and the application of common law. It includes cases where official proposals are made for new laws, legislation is approved, laws are amended or abolished by Parliament or the courts, and civil litigation is brought against the media.

Convicted - is when a court decision is made against a media worker involving either a prison sentence or a fine.

Threatened - Includes threats from public officials, death threats, various forms of harassment (such as veiled warnings, threats of action, interference with editorial processes, cyber attacks, attacks and forced occupation of the home or office), or journalists being questioned or questioned about their sources.

Physical assault - includes all cases in which journalists suffer direct physical harm, during or as a result of performing their activity.

Victories - This includes immediate victories for media workers or organizations, including being released unconditionally, having charges dropped, winning or avoiding civil litigation, dropping work orders and being acquitted of criminal charges. This category also includes incidents that promote freedom of the press, access to information or freedom of expression in general. For example, favorable political statements, media-friendly laws or policies, favorable judicial decisions, and setting precedents.

Violation of freedom of public expression - Incidents affecting freedom of expression in general that do not necessarily involve workers or media organizations. For example, cases of sedition against the public, general impediments to freedom of expression and access to information, violations of the right to freedom of assembly and protest, restrictions on artistic or academic freedom, and restrictions on access to public media.

